

FATOS E IDEIAS QUE LEVARAM À CRIAÇÃO DA INSPETORIA ESTADUAL DE MONUMENTOS NACIONAIS EM PERNAMBUCO NO ANO DE 1928

Rodrigo José Cantarelli Rodrigues*

INTRODUÇÃO

A nacionalidade, representada por um conjunto de bens selecionados e definidos como *patrimônio histórico e artístico nacional* já vinha sendo pensada desde o início do século passado. Uma elite intelectual, a partir da década de 1920, toma para si a missão de organizadores da nação e passa a defender a criação de uma instituição responsável pela preservação desses bens, que contribuía tanto para a construção de um sentimento de pertencimento no tempo e no espaço (MALHANDO, 2002, p. 88) quanto para a afirmação de uma memória e identidade nacionais.

Pollack (1992, p. 200-212) determina que os elementos constitutivos da memória, seja ela individual ou coletiva, estão enquadrados em dois grupos: no primeiro deles, estão os acontecimentos vividos pessoalmente; já no segundo, aqueles que o autor chama de “vividos por tabela”, ou seja, os acontecimentos vivenciados pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Em outras palavras, são os acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário assumiram relevo que acabam por fazer parte da sua memória.

Para Pollack, existe uma ligação muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. A memória seria um dos elementos constituintes do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, “*na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si*”¹.

* Mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

¹ Idem, p. 201.

Já Nora (1993, p. 7-28), acredita que exista uma *curiosidade* a respeito dos lugares onde essa memória se cristaliza e que o sentimento de continuidade torna-se residual a esses locais. Ele afirma que os lugares de memória nascem e vivem a partir de um sentimento de que não há memória espontânea. Aqui, então, lembramos Pollack, quando ele afirma que a memória é um fato construído. Ainda segundo Nora, à medida que essa memória desaparece, nós nos sentimos obrigados a acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, enfim, sinais visíveis daquilo que aconteceu, investindo alguns lugares de uma aura simbólica, promovendo a cristalização de uma lembrança, os *Lugares de Memória*².

Le Goff (1992, P. 196), ao estudar a memória coletiva, afirma que as características de um monumento estão relacionadas ao poder que ele tem de perpetuar as sociedades históricas, voluntária ou involuntariamente, quando este comunica testemunhos que, só em menor quantidade, são documentos escritos. Ele ainda observa que o confronto entre o antigo e o moderno sempre deságua na busca de uma identidade, de um suporte para a construção de uma memória nacional. O reconhecimento dessa herança cultural através da valoração de determinados bens, ou seja, a sua transformação em *Lugares de Memória*, leva à busca pela monumentalidade de certos bens representativos do passado que se quer memorar. Essa busca está bem explicada por Giedeon, quando ele afirma:

La monumentalid surge de la eterna necesidad del hombre de crear símbolos: en los que se reflejen sus acciones y su destino, en los que alienten sus convicciones religiosas y sociales. Cada época siente la necesidad de erigir monumentos que, de acuerdo com la etimología latina de la palabra, sea algo que “recuerde”, algo que deva ser transmitido a las siguientes generaciones (GIEDEON, 1943, p. 54).

Aqui, cabe fazer a distinção entre os conceitos de *monumento* e *monumento histórico* a partir do texto de Françoise Choay (2001). Segundo a autora, o *monumento* é uma criação deliberada na qual o destino foi assumido *a priori*, ao passo que o *monumento histórico* inicialmente não é desejado e criado como tal; ele é constituído *a posteriori*, na massa de edifícios existentes (CHOAY, 2001). Por um lado, a função do *monumento* é estritamente afetiva, voltada para perpetuar a memória de uma

² Idem, p. 21

coletividade, família, grupo religioso ou nação³; por outro, o *monumento histórico* articula-se ao processo de construção da memória, voltando-se para a comprovação ou ilustração de acontecimentos históricos.

No Brasil, as ações visando à preservação de bens imóveis que simbolizavam um passado a ser preservado ocorreram muito pontualmente. Entretanto, essas ações não faziam parte de uma política de Estado tampouco dos interesses da intelectualidade brasileira naqueles momentos. Como se sabe, foi somente no início do século XX, nas décadas de 1920 e 1930, que as ações lideradas pelo Estado com esse objetivo tiveram uma maior repercussão.

Nesse período, alguns intelectuais já alertavam para uma perda *irreparável* dos monumentos do período colonial, defendendo uma política de proteção desses bens. Em paralelo a isso, o movimento Neocolonial, liderado principalmente por Ricardo Severo, em São Paulo, e José Mariano Filho, no Rio de Janeiro, segundo Fonseca, defendia a arte colonial brasileira como a manifestação de uma autêntica tradição nacional (2005, p. 94, 95). O neocolonial, mais do que uma manifestação arquitetônica, configurou-se como um fenômeno cultural amplo, inserindo-se plenamente no impulso nacionalista verificado por estes anos em toda a América Latina. E, bem ou mal, ele estimulou o interesse pelo estudo da arquitetura colonial brasileira – condição imprescindível para qualquer iniciativa preservacionista.

Embora, em 1923, o deputado pernambucano Luiz Cedro tenha proposto organizar a proteção dos monumentos históricos através da criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, os estados detentores de um acervo significativo do passado colonial tomaram a frente com as primeiras respostas concretas do poder público a essa demanda do meio intelectual. Segundo Fonseca (2005, p. 95), foram, então, criadas Inspetorias de Monumentos Históricos em Minas Gerais, em 1926; na Bahia, em 1927, e, em Pernambuco, em 1928. O surgimento desta última, criada na gestão do governador Estácio Coimbra, através da Lei nº 1918, de 24 de agosto de 1928, é o objeto do nosso estudo.

³ O termo monumento foi posteriormente incorporado ao sentido de uma construção arquitetônica, o seu primeiro significado vem do latim *monere*, que significa uma lembrança de uma pessoa ou de um evento.

Este artigo tem por finalidade investigar quais foram os fatos ocorridos e as ideias existentes no cenário pernambucano que favorecerem o surgimento da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais no estado em 1928. Veremos que as transformações econômicas e socioculturais acontecidas no Recife no período em questão, como a reascensão e queda do açúcar no mercado internacional, a Reforma do Porto e o processo de europeização das cidades – leia-se: a disseminação generalizada do Ecletismo – criaram, aos poucos, um cenário favorável ao surgimento de ideias preservacionistas. Tais mudanças, aliadas às ideias defendidas, ao longo dos anos 1920, por Gilberto Freyre, líder do Movimento Regionalista, que preconizava a defesa das “tradições nacionais” foram as peças fundamentais de um processo que culminou com a criação da inspetoria em 1928.

2 O Recife e as transformação no começo do século XX

A partir do final do século XIX, o Recife, assim como o restante do país, vai sofrer profundas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. A abolição da escravatura, a proclamação da república, o início do processo de industrialização, juntamente com outros fatores, foram elementos determinantes nas transformações urbanas que ocorreram a partir do início do século passado. O Recife, que, até então, ainda possuía muitas marcas da colonização portuguesa, começou a ser remodelado durante o governo de Herculano Bandeira, em nome do saneamento e do progresso.

A chegada de mão de obra estrangeira, ao longo do século XIX, devido aos grandes investimentos realizados em obras públicas, aliada à nova formação intelectual dos filhos da aristocracia⁴ vai ser responsável pela disseminação de um novo conceito de modernidade. Os modismos europeus estavam associados ao progresso e ao cosmopolitismo, e foram logo abraçados pela burguesia ascendente em contraposição à oligarquia rural em decadência.

Capital comercial e financeira do Nordeste, o Recife era um polo irradiador dos novos valores cosmopolitas e civilizadores pela região, se-

⁴ Com a ascensão dos centros urbanos ao longo do século XIX, o eixo social vai de súbito ser transferido do meio rural para o meio urbano. Com essa transferência, a aristocracia, receosa de perder sua posição privilegiada no meio social, vai buscar novas ocupações nitidamente citadinas onde detenham igual destaque, como por exemplo, a atividade política ou as profissões liberais. Devido à falta de um aparelhamento universitário, àquela época, muitas dessas pessoas foram estudar fora do país, principalmente na Europa.

guindo de perto as tendências e modismos da então Capital Federal, o Rio de Janeiro, e da Europa, especialmente de Paris. A reforma que o bairro do Recife vai sofrer será tanto uma adequação urbana ao emergente capital industrial e financeiro do setor usineiro pernambucano quanto uma intervenção voltada para a higienização urbana. Segundo Lubambo(1991), o Plano de Reparcelamento associado a Política Sanitária serviram de justificativa para essa reforma.

Cabe ressaltar, aqui, que a trajetória do bairro do Recife está intimamente ligada ao crescimento do porto e ao desenvolvimento socioeconômico de Pernambuco. A modernização do porto começou em 1909 e não se limitava a uma recomposição de fachadas ou a construção de alguns edifícios no estilo eclético: a intervenção no traçado urbano levou à demolição de quase todo o bairro. O Recife Colonial começava a desaparecer sob a euforia da elite dirigente, que o via como um símbolo do atraso, da monarquia e da insalubridade, e sob o lamento de uns poucos intelectuais. Essas transformações são narradas por Mario Sette, no clássico *Arruar*:

(...) quem avalia o antigo Bairro do Recife torturado de ruas estreitas e becos incríveis de tortuosidade; o Largo do Corpo Santo, o Beco das Sete Casas, a Rua da Cadeia, o Arco do Bom Jesus, a Doca do Arsenal, o Cais da Companhia Pernambucana... Tudo isso se sumiu na paisagem da cidade. Ninguém o reconstitui mais sem tê-lo conhecido. E mesmo entre os que o conheceram, quantos de memória pouco nítida! Não há saudosismo em recordá-lo. Nem desejo de que a vida houvesse parado. Há, porém, uma modalidade de amor a tudo o que desapareceu...(SETTE, 1978, p. 14-15).

Os antigos arruamentos tortuosos e estreitos cediam lugar às largas avenidas radiais, que, tendo como ponto de partida o Marco Zero, obedeciam aos moldes da estética dos *boulevards* parisienses traçados pelo Barão Haussmann. A abertura da Avenida Central, da Avenida do Porto e o alargamento da Avenida Marquês de Olinda deram ao Recife uma atmosfera típica da *Belle-époque*. A arquitetura colonial, os sobrados magros e esguios construídos em lotes profundos e de diminuta frente, é substituída por grandes edifícios em estilo eclético. Ali, além de registrada uma paisagem arquitetônica, estava também um cenário político da construção da modernidade. Sette continua:

Sobradões de quatro e cinco andares fechando-se com tristeza, incômodos e com recordações de antiqüíssimos ocupantes. Casas térreas dos becos também silenciando. Trapiches desmanchados. Gameleiras postas de raízes ao sol. Martelos batendo dia e noite;

carroças rodando no escoamento do material demolido; engenheiros tomando medidas e espiando pelos teodolitos; bondes desviados; alterada a vida e o caminho de todos (...) E o Corpo Santo também se desmanchava. (...) Ao pé da ponte o Arco da Conceição igualmente ia, pouco a pouco privando-se de suas pedras e de sua fisionomia própria. (...) O bairro do Recife, aquela ‘outra banda’ dos velhos habitantes de Santo Antônio e da Boa Vista, iria ser outro. Tudo no chão. Nunca se vira uma loucura assim⁵.

A Matriz do Corpo Santo remontava ao surgimento do Recife, no século XVI, quando este ainda era o porto de Olinda. A pequena capela que existia no local, dedicada a São Frei Pedro Gonçalves, foi reformada e ampliada na segunda metade do século XVII. Em 1800, a Irmandade do Santíssimo Sacramento compra de Portugal uma nova fachada⁶, objetivando outra reforma, sendo esse novo edifício entregue ao culto doze anos depois. Com as reformas do porto, o templo veio abaixo em 1913.



Demolição da Igreja do Corpo Santo.
*Fotógrafo não identificado, 1913. Coleção Benício Dias,
acervo Fundação Joaquim Nabuco.*

⁵ Idem, p. 54-55.

⁶ Em 1775, um terremoto destruiu quase toda a parte baixa de Lisboa. A reconstrução da cidade vai favorecer o surgimento da arquitetura pombalina. Essa arquitetura, já com uma forte característica neoclássica, foi o primeiro método de construção pré-fabricado desenvolvido em grande escala. O sistema, completamente inovador para época, permitiu que os edifícios fossem inteiramente fabricados fora da cidade, para depois serem transportados e montados no local desejado. Algumas dessas edificações acabaram chegando ao Brasil, merecendo destaque Igreja Matriz da Boa Vista, no Recife, e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, em Salvador.

Já os arcos, foram, primeiramente, construídos do período da ocupação holandesa, quando foi erguida a primeira ponte no Recife, ligando o núcleo antigo do porto à parte do Recife que se expandia, na ilha de Antônio Vaz. Em cada uma das cabeceiras dessa ponte, existiam dois portões para controle do acesso. Aquelas simples construções em madeira vieram dar lugar, ao longo do século XVIII, a monumentais arcos em alvenaria de pedra, que se tornaram elementos marcantes na paisagem recifense. Estes arcos foram reconstruídos sob invocações religiosas: Santo Antônio, na ilha de mesmo nome, e Nossa Senhora da Conceição, no Bairro do Recife. O primeiro a vir abaixo, em 1913, foi o Arco da Conceição, com o intuito de permitir o alargamento da Avenida Marquês de Olinda; poucos anos mais tarde, em 1917, foi a vez do Arco de Santo Antônio ser destruído por conveniência de tráfego (FERNANDES, 1929, p. 8).

O Bairro do Recife não era mais aquele do Corpo Santo, dos Arcos da Conceição e de Santo Antônio, das ruas tortas e dos típicos sobrados recifenses. Agora, era a vez do Recife Novo, que se apresentava através do edifício do *London and Brazilian Bank*, da Bolsa de Valores, do *Chanteclair*, da nova Associação Comercial, e dos edifícios ecléticos que, até hoje, marcam a paisagem do bairro. O ecletismo, que, de forma geral, foi caracterizado pela utilização livre e superposta de estilos do passado, nesse momento, representava, na arquitetura, um novo estilo de vida associado à burguesia emergente.

Ainda sob a influência desse gosto pelos estilos históricos europeus, o neogótico vai ser adotado para os edifícios religiosos. A antiga capela do engenho Casa Forte e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Coqueiros vão sofrer *restaurações de resultado lamentável e dolorosamente grotesco* (FREYRE, 1925). Mas o caso de maior repercussão foi a reforma da Igreja da Sé de Olinda.

O primeiro edifício da Igreja da Sé, também conhecida como Igreja do São Salvador, teve sua construção iniciada ainda em princípios da ocupação portuguesa na área, no século XVI. Sua primeira conformação foi destruída em 1631, durante o período da ocupação holandesa, pelo incêndio que devastou o local. Após a Restauração Pernambucana, foram iniciados os trabalhos de reconstrução de Olinda, inclusive da igreja, que, em 1676, foi elevada à categoria de Sé. Essa edificação, representante da primeira fase do Barroco Pernambucano – que vai da expulsão holandesa até meados do século XVIII – perdurou até 1919, quando o arcebispo Dom Luiz de Britto a reformou inteiramente. Foram destruídas talhas e pinturas setecentistas e remo-

vidos quase todos os seus painéis de azulejos⁷. Tendo restado pouquíssimos elementos barrocos, a igreja, passou a ter uma feição neogótica.

A partir do final dos anos 1910, a maior parte destas grandes obras já havia sido concluída. O Recife Novo se mostrava como uma cidade moderna aos olhos da aristocracia; entretanto, alguns intelectuais locais já levantavam a voz contra essa destruição do passado. Esses acontecimentos vão ser muito lembrados, durante a década seguinte, quando o Recife foi o palco de um fascinante embate entre duas distintas propostas de construção da identidade nacional: a modernista, liderada por Joaquim Inojosa, e a regionalista, liderada por Gilberto Freyre.

3 O Regionalismo e a busca pela preservação de um passado

Em 30 de outubro de 1922, o jornal *A Tarde* publicou o artigo *Que é Futurismo?*, assinado pelo jornalista Joaquim Inojosa. O texto marca o início da divulgação das ideias modernistas, entendidas nesse momento, obviamente, como futurismo, e que haviam sido defendidas naquele mesmo ano durante a Semana de Arte Moderna, em São Paulo. Essas ideias estavam imbuídas de um forte sentimento de renovação das linguagens artísticas e de ruptura com o passado. Entretanto, para Inojosa, não importava discutir o conteúdo dessa mensagem ou a sua aplicabilidade em outra situação, já que a realidade pernambucana era bem diferente da paulista. Para ele, era importante difundi-la através da destruição do *passadismo*.

Obviamente, a divulgação das ideias de intelectuais praticamente desconhecidos no Recife provocou fortes reações. O ataque generalizado ao passado feria sensibilidades afeitas ao culto da tradição como forma de sobrevivência (AZEVEDO, 1980, p. 39). Gilberto Freyre e alguns outros intelectuais vão se colocar contra as ideias modernistas, defendendo a preservação dos valores tradicionais e apontando a necessidade de se valorizar cada uma das realidades locais. Estava iniciada a disputa entre os *passadistas* e os *futuristas*.

Nessa disputa, os modernistas eram frequentemente acusados por Freyre de propor a europeização da cultura brasileira, enquanto o grupo regionalista se buscava fazer notar como o salvador da verdadeira alma do país, ameaçada pela modernização. Inojosa atribuía aos regionalistas um

⁷ Três desses painéis foram salvos pelo pesquisador Santos Simões e, à época, encaminhados para o Rio de Janeiro.

sentimento *passadista*, nostálgico de um passado patriarcal. Essa defesa pelos valores tradicionais vai, ao longo da década, se refletir em críticas à não valorização do passado pelo Estado e em ações que buscavam a preservação do patrimônio da região, especialmente dos monumentos históricos do Recife, Olinda e Igarassu.

O jornalista Aníbal Fernandes desempenhou um papel de destaque na luta pela preservação do patrimônio em Pernambuco. Através da série de artigos *De uns e de outros*, publicada no *Diário de Pernambuco*, entre janeiro de 1919 e dezembro de 1922, vai criticar os *demolidores desapiadados* dos monumentos históricos do estado. José Lins do Rego classificou como *bom tradicionalismo* a luta de Fernandes e destacou:

(...) Contra a Sé de Olinda, caíram as picaretas do mestre de obras. Aníbal gritou. Os demolidores insistiram. (...) Aníbal Fernandes, com o apoio de Carlos Lira, diretor do Diário de Pernambuco, não parou no seu protesto veemente. E aí começa a sua carreira de defensor dos monumentos pernambucanos (REGO, 1942, p. 332-333).

Após um longo período estudando no exterior, Gilberto Freyre retorna ao Recife em março de 1923. A cidade, especialmente o centro e a região do porto, havia sofrido muitas mudanças em relação às suas lembranças. A partir de 22 de abril do mesmo ano, durante dois anos, ele vai publicar uma série de cem artigos numerados no *Diário de Pernambuco* abordando diversos assuntos. Além da crítica aberta ao futurismo, podemos dizer que o que constitui o núcleo de preocupação dos artigos é a defesa da tradição e dos valores regionais (AZEVEDO, 1984, p. 128).

No Artigo 24, publicado em 30 de setembro de 1923, ele ressaltou os valores da sóbria arquitetura colonial brasileira referindo-se à casa de Othon Bezerra de Mello, posto que ela “recorda essas nossas casas de engenho, vastas e boas, na sua repousada brancura de cal, fazendo sentir quatrocentos anos de vida pernambucana – social e econômica.” O repúdio aos novos edifícios construídos no estilo que ele chamou de *arquitetura de confeitaria* também está presente neste documento:

Não agrada a muitos a linha sóbria dessa casa [de Othon Bezerra de Mello]. Nada mais natural. Num Recife que vai todo virando confeitaria, a arquitetura sóbria dos nossos avós se torna estapafúrdia. O que se quer é o arrebicado; o açucarado; o confeitado. Haussmannismo de segunda mão a todo o pano. E desse furor não parecem escapar os próprios edifícios eclesiásticos. Também eles se têm deixado arrebicar e salpicar de confeitos (FREYRE, 1923).

Já no Artigo 26, de 14 de outubro de 1923, ele demonstrou indignação com o fato de o Brasil não valorizar suas tradições. Ironizou:

Há um prêmio a que o Brasil deve concorrer na próxima exposição internacional. É o de devastador do passado. Devastador das próprias tradições. Nós as temos devastado e continuamos a devastá-las com uma perseverança digna de um “Grand Prix” (FREYRE, 1923).

Luiz Cedro, deputado federal, amigo de Gilberto Freyre e defensor das ideias regionalistas, apresentou no Congresso Nacional, no dia 3 dezembro de 1923, uma proposta para organizar a proteção dos monumentos históricos através da criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, que funcionaria em uma das dependências da então denominada Escola Nacional de Belas Artes ou do Museu Histórico Nacional, criado no ano anterior. A proposta de Cedro vai ser apoiada por Freyre no artigo 34, de 9 de dezembro de 1923, em que cita as reformas realizadas na Sé de Olinda, em 1919, defendendo que, no Brasil, se institua *uma campanha que nos eduque no gosto da antiguidade, no gosto do nosso passado, da nossa tradição*⁸. Ele ainda afirma que uma proposta semelhante já havia sido defendida, em 1877, na Inglaterra, por William Morris. Este queria, sobretudo, *awaken a feeling that our ancient buildings are not mere ecclesiastical toys but monuments of national growth and hope*⁹.

Alguns anos depois, Cedro declara que, embora tenha recebido *o melhor acolhimento da imprensa do Rio de Janeiro*, o projeto *foi irremediavelmente sufocado numa das comissões*, pois sua aplicação implicaria no *aumento das despesas* (AZEVEDO, 1984, p. 101). Gilberto Freyre também vai lamentar o fato no Artigo 91, de 11 de janeiro de 1925.

Com essa série de artigos, fica clara a insistência de Gilberto Freyre em defender os valores tradicionais da Região Nordeste¹⁰. Para ele, o regionalismo define-se como a “defesa das tradições e dos valores locais, contra o furor imitativo”. A ânsia de imitação é definida, curiosamente, como a “tirania mística do exótico”, e levava à valorização do que é estranho em detrimento dos interesses locais¹¹. Esse era um posicionamento claro de repúdio ao

⁸ FREYRE, Op. Cit.

⁹ Idem.

¹⁰ É importante lembrar que, nessa época, a Região Nordeste correspondia somente aos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e ao território de Fernando de Noronha.

¹¹ Idem, p. 139.

Ecletismo, que se difundia de forma generalizada na arquitetura. Cabe aqui lembrar que, para os regionalistas, a nova arquitetura produzida deveria ser inspirada nos edifícios coloniais, ideia também defendida pelos líderes do movimento Neocolonial.

Os regionalistas se organizaram em torno do Centro Regionalista do Nordeste, que tinha como principal objetivo, defender as tradições regionais. Entre ações de valorização da culinária regional, da arquitetura tradicional luso-brasileira, da arte popular e da cultura sertaneja, a sua maior realização foi o Congresso Regionalista do Nordeste, realizado em 1926.

3.1 O Congresso Regionalista de 1926

Entre os dias 7 e 11 de fevereiro de 1926, foi realizado no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife, o 1º CONGRESSO REGIONALISTA DO NORDESTE. No programa-convite, assinado por Odilon Nestor e Gilberto Freyre, o encontro é apresentado como uma grande afirmação das aspirações regionalistas, cuja índole e orientação devem ser definidas pela convergência dos melhores elementos intelectuais do Nordeste. O programa dividiu-se em nove temas agrupados em duas partes: a primeira relacionava-se aos problemas econômicos e sociais; a segunda, à vida artística e intelectual. Neste segundo grupo é importante destacar a presença de um item para a *defesa do patrimônio artístico e dos monumentos históricos*.

Além das sessões de abertura e de encerramento, houve três sessões plenárias para a apresentação e discussão de textos. Foram visitados diversos edifícios, como as igrejas de São Pedro dos Clérigos, da Conceição dos Militares e da Madre Deus, no Recife, a casagrande do engenho Megahype, em Jaboatão dos Guararapes, como também os centros históricos de Olinda e Igarassu. Complementando, foram feitas visitas a novos edifícios construídos aos moldes do gosto Neocolonial, como o Hospital Oswaldo Cruz. O congresso recebeu grande destaque na imprensa local, particularmente nos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *A Província*, que publicaram, diariamente, o andamento das atividades, bem como os resumos dos trabalhos apresentados.

Nos discursos proferidos pelos convidados, a preservação do patrimônio histórico foi maciçamente defendida. Aníbal Fernandes, dirigindo-se às autoridades eclesiásticas do Nordeste, solicitava evitar a destruição ou remodelação das igrejas e conventos nos estados, limitando que as obras realizadas fossem apenas de conservação. Luiz Cedro reapresentou

o seu projeto de criação de uma Inspetoria de Monumentos. Foi quando o congresso sugeriu aos governadores de cada estado do Nordeste a criação de uma comissão destinada a zelar pelo seu patrimônio. Além disso, também foram abordados no evento trabalhos ressaltando os valores da arquitetura tradicional brasileira.

A preocupação central do encontro foi a reabilitação dos valores tradicionais do Nordeste e o aspecto que mereceu maior destaque coube à defesa da arquitetura local, tanto os pequenos edifícios quanto os monumentos históricos. O resultado obtido com essas ações seria a não-descaracterização das cidades nordestinas pelas influências estrangeiras, ou seja, o ecletismo. Ao fim do encontro, no dia 12 de fevereiro de 1926, o *Diário de Pernambuco* publicou um apanhando geral das ideias defendidas ao longo do evento, do qual destacamos o seguinte trecho:

Vimos, no decorrer deste congresso, que a conservação dos costumes tradicionais não tem nenhuma incompatibilidade com os progressos da arquitetura, com a higiene moderna, com nenhuma das conquistas da civilização; vimos que a casa colonial, conservando o seu caráter, pode receber todo o conforto atual; vimos que para resolver problemas de trânsito não é preciso arrasar à picareta monumentos históricos; que o bom urbanista sabe como harmonizar uma velha igreja com a nova rua; vimos que para cuidar da conservação do nosso patrimônio artístico tradicional não se precisa arruinar o país (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926)¹².

Foi nesse congresso que surgiu muito da sensibilidade intelectual e artística que se desenhou no Brasil a partir da década de 1930, quando a defesa dos ideais modernistas passou a conviver e até mesmo se alimentar do patrimônio histórico e artístico nacional¹³. A importância dada à preservação do patrimônio histórico ficou bastante clara, este seria um elemento essencial para o desenvolvimento do país. Em pouco tempo, tais intelectuais conseguiriam pôr em prática suas ideias, fazendo com que a preocupação com a preservação do patrimônio passasse a fazer parte de uma política oficial.

¹² 1º CONGRESSO Regionalista do Nordeste. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 fev. 1926.

¹³ VIEIRA, Anco Marco Tenório. *O projeto civilizatório do Regionalismo*. In: *Revista Con-tinente Multicultural*, Recife, n.º 72, dezembro, 2006.

3.2 A institucionalização das ideias

Em 1927, após retornar de um evento nos Estados Unidos, Gilberto Freyre foi nomeado oficial do Gabinete do então governador Estácio Coimbra. Ao mesmo tempo, Anníbal Fernandes se elegia deputado estadual. No dia 18 de julho do ano seguinte, Fernandes vai pronunciar um discurso na sessão da Câmara Estadual que

(...) concretiza antigas aspirações da opinião culta do Estado, sobressaltada diante dos constantes atentados ao nosso patrimônio artístico e ao desaparecimento de tudo quanto se relaciona ao nosso passado histórico (FERNANDES, 1929, p.29)¹⁴.

Nesse discurso, ele ainda lembrou *que há mais de dez anos vem se debatendo na imprensa contra ações desse tipo*. Citou casos emblemáticos de destruição do patrimônio pernambucano, como a demolição dos Arcos e a reforma da Igreja da Sé. Também mencionou diversos outros pequenos edifícios que foram mutilados por *pretensos reformadores*, substituindo a representatividade daqueles por uma “arquitetura de fancaria, que ostentam em toda a plenitude do ridículo”. Embora, nesses exemplos, se veja uma maciça predominância da arquitetura religiosa, é também dada importância na preservação das edificações civis urbanas e rurais.

Ainda mereceu destaque a perda, ou remoção, de bens móveis, como mobiliário, louças orientais e pratarias, denunciando que restam poucos desses objetos que antigamente “ornavam os interiores das residências senhoriais pernambucanas”¹⁵. Defendendo, então, a ideia de que a defesa do patrimônio histórico e artístico não poderia estar separada da criação de um museu regional. Este museu seria responsável pela coleta e exposição de objetos que mostrassem toda a pujança de um passado de riquezas provenientes do açúcar.

Tal qual foi apresentado, o projeto foi votado e aprovado. No dia 28 de agosto daquele mesmo ano, o Governador Estácio Coimbra, através da Lei nº. 1918, criava a Inspeção Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco.

¹⁴ FERNANDES, Anníbal Gonçalves, Op. Cit. p.29.

¹⁵ Idem, p. 33

4 Considerações finais

Vimos que, desde o início do século XX, mais precisamente a partir da década de 1920, buscou-se associar a ideia de nacionalidade à preservação de um conjunto de bens selecionados que representassem a nação. Em virtude da estreita ligação entre memória e o sentimento de identidade, essa ideia de nação foi construída em acordo a uma estratégia de valorização do passado. Isso se deu a partir da eleição de certos edifícios, chamados de monumentos históricos, que, revestidos de uma aura simbólica, cristalizariam a lembrança de um passado, o que Nora chamou de “Lugares de Memória” (NORA, 1993, p.28)¹⁶. Esses monumentos, como a própria origem da palavra indica, seriam os responsáveis pela preservação da lembrança de uma pessoa, ou de um acontecimento.

Nesse mesmo período, a partir de 1909, o Recife passou por uma intensa remodelação do seu traçado urbano, através da reforma do porto. Símbolos de um passado colonial, *atrasado*, vinculados ao período colonial e à Monarquia vieram abaixo: a Igreja do Corpo Santo, os arcos do Bom Jesus e da Conceição. O ecletismo, difundido através do Recife Novo, era um símbolo de modernidade. Diversos edifícios coloniais foram reformados para atender ao novo gosto da nova sociedade, a reforma da Sé de Olinda, já no final daquela década, quando as vozes de alguns intelectuais já começavam a se ouvir, foi aquele que mais repercutiu. De símbolo do barroco pernambucano, ela se tornou uma igreja neogótica com “falso ar-rojo catedralesco”(FREYRE, 1923)¹⁷.

Na década de 1920, o regionalismo, surgido no contexto da implantação das ideias modernistas em Pernambuco, abraçou a causa da preservação dos valores tradicionais, das culturas locais e dos monumentos históricos como elementos definidores da identidade. O regionalismo, ao contrário da Semana de 22 em São Paulo, não buscava somente um projeto estético-literário para o Brasil, mas, sim, algo mais ambicioso: um Projeto Civilizatório¹⁸. Os regionalistas estavam sentindo a perda daqueles elementos que, para eles, eram os definidores de uma identidade e deveriam ter a sua permanência garantida.

¹⁶ NORA, Op. Cit.

¹⁷ FREYRE, Gilberto, 34. In: *Diario de Pernambuco*, Recife, 9 dez. 1923.

¹⁸ VIEIRA, Op. Cit.

Ficou claro que a demolição do Bairro do Recife e a popularização do ecletismo abriram o campo para a popularização de ideias preservacionistas no estado a partir da década de 1920. O lamento pela destruição desses *lugares de memória* foi recorrente na primeira metade daquela década, tanto que, durante o 1º CONGRESSO REGIONALISTA DO NORDESTE, realizado em 1926, buscaram-se alternativas para evitar a perda desses símbolos de um passado que deveria ter se preservado.

Tanto Gilberto Freyre quanto Aníbal Fernandes, os principais articuladores do processo de criação da Inspetoria, haviam estado na Europa, e visto de perto ações em prol da preservação de monumentos. E foi por isso que gritaram. Gritaram até que, em 1928, foi criado o primeiro “serviço de defesa do nosso patrimônio Artístico e Histórico”¹⁹. A Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais foi a ferramenta institucional que respondeu aos anseios da intelectualidade local. A preservação dos monumentos históricos contra a destruição ou a sua descaracterização estava garantida.

REFERÊNCIAS

1º CONGRESSO Regionalista do Nordeste. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 fev. 1926.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (org.). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Fundação Pró Memória, 1980.

ESTUDO Resgata Arco da Conceição. In: *Jornal do Commercio*, Recife, 10 set. 2001.

FERNANDES, Annibal Gonçalves, *Relatorio da Inspectoria Estadual dos Monumentos Nacionaes*. Recife: Imprensa Oficial, 1929. 62p.

FREYRE, Gilberto, 24. In: *Diario de Pernambuco*, Recife, 30 set. 1923.

_____. 26. In: *Diario de Pernambuco*, Recife, 14 out. 1923.

_____. 34. In: *Diario de Pernambuco*, Recife, 9 dez. 1923.

¹⁹ FERNANDES, Op. Cit. p.36.

_____. 91. In: *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 jan. 1925.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. 296p.

GIEDEON, Siegfried. *Arquitectura y Comunidad*. Buenos Aires. Nueva Vision. 1943.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo. UNICAMP, 1992.

LUBAMBO, Cátia Wanderley, *O Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.

MALHANO, Clara Emília. *Da materialização à Legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado. 1920-1945*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

NORA, Pierre, *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*, São Paulo, n 10, 1993, p. 7-28.

PERNAMBUCO, Governo do Estado. *Leis do Estado de Pernambuco e Decretos do Congresso Legislativo do Anno de 1928*. Recife: Imprensa Oficial, 1928

POLLACK, Michel, *Memória e Identidade Social*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REGO, Jose Lins do. *Gordos e Magros*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1942

SETTE, Mário. *Arruar, História Pitoresca do Recife Antigo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante no Brasil, 1978. 368 p.

VIEIRA, Anco Marco Tenório. *O projeto civilizatório do Regionalismo*. In: *Revista Continente Multicultural*, Recife, n.º 72, dezembro, 2006.

RESUMO

O texto reconstitui o cenário sociocultural do Recife no início do século XX, investigando quais os fatos ocorridos e as idéias existentes no cenário pernambucano que favorecem o surgimento da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais. Naquele momento, uma parcela significativa do centro histórico da cidade estava se transformando, e essa mudança, aliada às idéias defendidas, ao longo dos anos 1920, por Gilberto Freyre, líder do Movimento Regionalista, juntamente com outros intelectuais, como Anníbal Fernandes, foram as peças fundamentais de um processo que culminou na criação da inspetoria no final daquela década.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Preservação. Monumentos históricos.

ABSTRACT

The work reconstructs the socio-cultural scenario of Recife in the early twentieth century, investigating the events and ideas existing in Pernambuco that favor the emergence of the National Monuments Bureau. At that time, a significant area of the historic city center was destroyed, and this change, combined with the ideas espoused during the 1920s by Gilberto Freyre, leader of the regionalist movement, along with other intellectuals such as Annibal Fernandes, were the cornerstones of a process that culminated in the creation of the Bureau at the end of that decade.

KEYWORDS: Memory. Preservation. Historic Monuments.